

**Para o Governo, a Cidade é um Negócio
Para o Povo, a Cidade é um Direito**
Reforma Urbana Já: por cidades justas e democráticas
Brasília, 21 de novembro de 2013

Em 2013, completam-se dez anos de criação do Ministério das Cidades, concebido para implementar uma nova política de desenvolvimento urbano no Brasil. É hora de cobrar o efetivo compromisso do Governo Dilma com a reforma urbana e a promoção do direito à cidade.

Apesar de eventuais melhoras nos indicadores de distribuição de renda e de acesso aos serviços públicos essenciais, é indiscutível que as cidades brasileiras permanecem sendo espaços marcados por fortes desigualdades sociais onde as classes populares são obrigadas a conviver com inúmeros problemas. A falta de habitação, a precariedade das condições de saneamento ambiental e a ausência de mobilidade urbana ainda marcam o cotidiano de milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, assiste-se a difusão do modelo empreendedorista neoliberal de gestão das cidades, que torna a cidade uma mercadoria e nega a cidade como um direito. Esse modelo concentra renda e poder nas mãos das elites, promove processos de urbanização acelerada que contribuem para a depredação do meio ambiente, privatiza o espaço público, causa o empobrecimento, a exclusão e a segregação social e espacial.

Nesse cenário, cabe perguntar: de que lado está o governo Dilma Rousseff?

O governo federal não tem mostrado um efetivo compromisso com os espaços de participação da sociedade, através do fortalecimento do Conselho das Cidades e da democratização das decisões relativas à política urbana.

O governo federal promove a construção de milhares de moradias, mas subordina a produção das habitações populares ao mercado imobiliário, que expulsa os pobres para as periferias. Como resultado, constroem-se moradias sem cidades.

O governo federal tem sido conivente com a remoção de milhares de famílias e com a violação do direito à moradia, como decorrência da implantação de grandes projetos urbanos, em especial o projeto da Copa do Mundo de 2014.

O governo federal tem promovido a privatização dos serviços de saneamento ambiental, subordinando esses serviços à lógica do mercado e do lucro, segundo a qual o acesso à água e ao saneamento ambiental é determinado pela capacidade de pagamento dos cidadãos, gerando desigualdades sociais.

O governo federal tem investido em grandes programas de mobilidade urbana subordinados à lógica de privatização das cidades e ao automóvel, sem garantir a integração entre os diferentes modais, o atendimento prioritário das áreas populares, e a integração dos aglomerados urbanos e metropolitanos.

Nesse contexto, o Fórum Nacional de Reforma Urbana lança este manifesto cobrando compromissos concretos do Governo Federal com a promoção da reforma urbana e do direito à cidade. O FNRU exige:

- Mais apoio e recursos para a construção de habitação de interesse social, em parceria com as organizações do movimento popular e as cooperativas de autogestão.
- A destinação dos imóveis vazios da União, em espacial àqueles situados nas áreas centrais, para habitação de interesse social
- O fim das remoções e a imediata suspensão dos financiamentos federais para as intervenções urbanas que promovem remoções nos grandes projetos urbanos, como na Copa Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016,
- A implementação de um programa de regularização fundiária das áreas de assentamentos populares.
- O fim das privatizações no setor de saneamento ambiental e a implementação do plano nacional de universalização do acesso à água e aos serviços de saneamento ambiental.
- Investimentos em transportes coletivos e meios de transporte não-poluente, com um novo sistema de financiamento da mobilidade urbana integrado, na perspectiva de um transporte público de qualidade.
- Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, concentrando os recursos de investimento das políticas setoriais;
- Por um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, fundado na participação e controle social, visando romper com a fragmentação das políticas setoriais e com a desarticulação entre os diferentes âmbitos de governo.

**Quem muda as cidades somos nós, reforma urbana já
Pelo Direito à Cidade**